



MÚLTIPLAS IDENTIDADES NO RAP

MULTIPLE IDENTITIES IN RAP

Larissa Santos Rabelo (larissasantos.rabelo@hotmail.com);
Maysa Lannah (lannahmaysa@gmail.com).
Universidade de Brasília

Marina Ribeiro Reis
marinarssr@gmail.com
Universidade de Brasília

Artigo

Resumo:

O presente trabalho busca estabelecer compreensão sobre as temáticas relacionadas à identidade, enquadramento e cultura hip-hop como interlocutores na produção de saberes do PET. Terá como enfoque principal a relação entre identidades, enquadramentos e suas representações dentro do movimento hip-hop, bem como seus desdobramentos no Rap, movimento artístico da cultura hip-hop.

Palavras-chave: Rap; Mulheres; Identidades; Enquadramento.

Abstract:

This article seeks to establish an understanding of themes related to identity, framing and hip-hop culture as interlocutors in the production of PET knowledge. Its main focus will be the relation between identities, frameworks and their representations within the hip-hop movement, as well as their developments in Rap, an artistic movement in hip-hop culture.

Keywords: Rap; Women; Identities; Framework.

1. Introdução

A investigação do presente artigo teve como metodologia de pesquisa uma extensa revisão bibliográfica e partirá da exposição de alguns conceitos, sendo eles: identidade, na concepção de Stuart Hall, enquadramento, performance e iterabilidade, de Judith Butler, imagens de controle, por Patricia Hill Collins e cultura hip-hop, tudo isso para pensarmos as representações das mulheres no Rap a partir das ideias colocadas pela Priscila Saemi Matsunaga. Com base nesse apanhado de concepções, buscamos trazer reflexões sobre como a construção de identidade é trabalhada nessa cultura, pensando performance de gênero em um espaço majoritariamente masculino.

Se tratando do conceito de identidade a ser utilizado, Stuart Hall em “Identidade cultural e diáspora” diálogos entre identidade e representação cultural, o autor coloca que o conceito de identidade trabalhado pode ser pensado de duas formas, sendo elas relacionadas, uma a semelhança e a outra a diferença.

Em suas produções acerca de temáticas raciais e de diáspora, a lógica utilizada para pensar identidade cultural pode ser aplicada para pensar o Rap e as identidades que o constroem.

O Rap surge como forma de resistência e obtenção de construção da própria identidade de pessoas marginalizadas, tendo forte influência da cultura africana. Com isso, dentro do movimento negro é visto como uma significativa ferramenta de luta, tendo sua importância observada na formulação de novas possibilidades de vida, na positivação da negritude e das periferias, reconhecido pela academia por abordar temas importantíssimos como: preconceito, racismo, desigualdade social, letalidade policial e diversas temáticas atuais que precisam de visibilidade. Além de também ser visto como uma ferramenta de denúncias, busca por identificação, pertencimento, autoestima, dentre outros.

Com isso, o artigo propõe um espaço para pensar a construção da identidade da mulher dentro da cena musical do Rap, sendo importante ressaltar as diferentes possibilidades existentes na compreensão do conceito de identidade, que carregam formas idealizadas e estereotipadas, de acordo com marcadores sociais como raça, classe, sexualidade e gênero.

2. Desenvolvimento

Stuart Hall divide identidade cultural em dois eixos, os denominando como semelhança e diferença. No primeiro modelo, é trabalhado a identidade a partir da ideia de “povo uno” e da partilha de características, origem e do “verdadeiro modo de ser” (Hall, 2006).

As nossas identidades culturais refletiriam as experiências históricas comuns e os códigos culturais partilhados que nos forneceriam, enquanto “povo uno”; um quadro de referências e de sentido que, sob a mutabilidade das divisões e

vicissitudes da nossa história concreta, se caracterizaria pela estabilidade, imutabilidade e continuidade.” (Hall, 2006, p. 22)

Na segunda possibilidade de leitura de identidade cultural, Stuart Hall deixa clara a importância das semelhanças na constituição da identidade, mas traz à tona as contribuições possibilitadas pelas diferenças do que ele denomina de “jogo da história, da cultura e do poder”, é nessa concepção que a lógica da identidade como algo produzido é construída, já que “identidade cultural é um "tornar-se" e não apenas um "ser" (Hall, 2006, p. 24).

O primeiro ponto conecta com as raízes e proporciona um senso de pertencimento ao passado, além de dar a sensação de continuidade na trajetória. Já o segundo ponto lembra que o que é compartilhado é a experiência de uma profunda descontinuidade, algo que separa e desafia a norma já estabelecida, o que veremos ser uma estratégia de inserção.

Acerca do que discorre Judith Butler, em “A vida Psíquica do Poder - Teorias da Sujeição”, que trabalha os conceitos de sujeição, enquadramento e iterabilidade, atrelados a uma dinâmica social orientada por relações de poder, a construção da identidade de um indivíduo está associada à sua posição de sujeição que o subordina e condiciona de acordo com as normas sociais estabelecidas. No que concerne a gênero, Butler diz que as identidades de gênero são produzidas e reproduzidas por meio de atos ritualizados e cotidianos que são constituídos por normas de gênero sociais, levando o sujeito a repetições performáticas inerentes ao papel que lhe foi pré-estabelecido socialmente. A performance de gênero, conforme proposto por Butler em “Problemas de gênero”, é um mecanismo pelo qual o poder se manifesta e mantém a ordem estabelecida.

Sendo assim, a sociedade enquadra os indivíduos em categorias rígidas de masculino e feminino, e ao não se encaixar nesses padrões estabelecidos o indivíduo pode enfrentar estigmatização e marginalização, sofrendo sanções sociais. Para a autora, o enquadramento ocorre a partir da regulação dos corpos de acordo com as normas culturais a qual o sujeito está inserido, uma vez que Butler argumenta em sua obra que o gênero não é algo inato, mas sim uma construção social. Desta forma, o conceito de performatividade supracitado está intimamente relacionado ao conceito de enquadramento e iterabilidade.

Segundo Judith Butler, a iterabilidade é a continuidade desses atos de performance que reforçam os modelos de conduta pré-estabelecidos a esses corpos. No entanto, a percepção de uma constante necessidade de performar uma identidade que precisa ser reafirmada através da iterabilidade para ser válida, o indivíduo encontra uma possibilidade de subversão, questionando e desafiando as normas estabelecidas e construindo outras possibilidades de construção da identidade. Dito isto, os conceitos apresentados acima se relacionam e contribuem para o estudo da formação da identidade de mulheres no Rap, visto que a imagem da mulher tem sido previamente construída socialmente de acordo com padrões de uma sociedade historicamente constituída por meio do machismo, em um sistema patriarcal.

Dessa forma, o conceito apresentado por Butler relaciona-se com a representação de múltiplas identidades no rap devido a construções sociais que as mulheres e pessoas que não se enquadram nos padrões estão constantemente submetidas. Dessa maneira, a percepção do público é moldada através dos meios de comunicação e representações culturais. Com isso, apesar de ser um movimento de luta e resistência, o movimento hip-hop não se isenta de determinadas estruturas patriarcais.

Matsunaga em “As representações sociais da mulher no movimento hip hop” nos apresenta sua análise de algumas letras musicais com maior relevância em sua época, propôs uma discussão analítica baseada em três categorias de sua descoberta: a mulher mãe, a mulher objeto e a mulher lutadora. Estas categorias, mostram representações de como naquele momento as mulheres eram vistas e enquadradas pelos homens no local do RAP, passam por ideias de cuidado, afetividade, objetificação e resistência.

Observa-se ultrapassando campo privado, a categoria mulher mãe, um modelo identificatório para a construção da identidade da mulher. Naturalizado a partir do seu aspecto biológico, fortalecendo o imaginário que associa está “condição” ao amor “incondicional” e cuidado. Categoria esta que alcança o público através das analogias e similaridades entre a mãe ser também a periferia, em que só elas cuidam e perdoam os erros dos filhos. Na esfera pública, na rua, a mulher é vista como objeto, sua sensualidade e sexualidade, heteronormativa, é posta como inerente, natural e compulsória ao ser mulher, positivada em contextos específicos, mas comumente negatizada. Na junção dos dois espaços a mulher é colocada como lutadora, seja no público ou privado, os atravessamentos de ser mulher, periférica, negra, mãe/aquela que cuida, são características valorizadas, seja numa idealização ou numa autorrepresentação no caso das mulheres rappers.

A manifestação artística do gênero musical rap é uma das várias representações do movimento Hip-Hop, entretanto, ao analisar o gênero, é possível perceber que esse espaço foi construído e é constituído majoritariamente por pessoas cisgênero e que se identificam com o gênero masculino. Carregando os signos que a sociedade espera dessa performance de gênero, podendo, ou não, serem lidos como “masculinidades hegemônicas” (CONNELL, 2013. p. 254), por serem em grandes porcentagens homens negros residentes de periferias e favelas, estão ali reforçando e se afirmando enquanto homens. A ideia de masculinidades hegemônicas explícita os processos sociais que colocam os homens em posições de dominação, mas não todos, existe um padrão de performance esperado pela sociedade, e os que fogem disso são encaminhados, muitas vezes de forma violenta a se enquadrarem, os intelectuais voltados a discussão das masculinidades negras colocam que os processos históricos dos quais a população negra foi submetida de desumanização afasta as masculinidades negras da hegemonia.

Com isso, observa-se uma dificuldade de diferentes identidades adentrarem este espaço. No entanto, em suas letras de rap, as artistas buscam evidenciar suas queixas, denúncias e utilizar do

espaço que possuem para dar voz a suas demandas e tomar seu protagonismo.

Sendo assim, durante muito tempo a inserção de mulheres e de demais identidades na cena do Rap sofreu limitações, visto que a imagem enquadrada de mulheres construiu uma narrativa estereotipada de objetificação, secundarização, idealização de cuidado, afetividade e resistência, o que a todo momento as coloca em posições de suporte e não de um sujeito interpelativo em ascensão. É possível perceber tal narrativa criada e representada nas letras das músicas e videoclipes de rap bem como na mídia, reforçando a secundarização destas mulheres e evidenciando o homem cisgênero como destaque.

O que também é exposto por Matsunaga, que evidencia que os homens são os agentes que têm a sua produção posta enquanto relevante, tornando a cena do Rap majoritariamente masculina, o que constitui nesse meio, baseado na identidade cultural da semelhança, um modo de ser (Hall, 2006) específico que será lido como verdadeiro. A participação feminina, no que podemos chamar de “povo uno” (Hall, 2006) do Rap, não compõe o enquadramento e iterabilidade pré-estabelecidos, porém de acordo com a segunda concepção de identidade cultural baseada na diferença, ou seja, um processo contínuo, o enquadramento pode tornar-se outro.

Estas características estão presentes nas letras por meio de adjetivações, imagens, expressões que, no jogo discursivo, atuam distinguindo “quem sou eu/nós”, “quem é o outro/eles”, convencionando as “concepções” de mundo, construindo relações e produzindo ou reproduzindo estereótipos. (MATSUNAGA, 2008. p. 110)

A produção feminina no Rap no momento que Matsunaga produz suas análises de músicas de rappers e grupos com letristas mulheres, observou o movimento de representação das mesmas categorizações supracitadas. Podendo ser vista como uma reprodução da performance de gênero sendo uma das maneiras de manter o enquadramento, do que é uma postura aceitável para ser mulher e ser parte do movimento Hip-hop. Por parte das letras femininas, elas utilizam das categorias idealizadas/positivas como modelo identificatório em suas construções de identidade, é a categoria negativa, a de objeto, como diferenciação.

No que diz respeito à mulher negra, o conceito de “imagens de controle” apresentado por Patricia Hill Collins (2021), aborda como representações culturais e simbólicas influenciam na dominação e opressão de grupos marginalizados, se tratando especificamente da interseccionalidade entre classe, sexualidade, gênero e raça. Dessa forma, no que concerne a mulheres negras, essas imagens de controle funcionam como uma maneira de manter essas mulheres em determinados papéis de subordinação, perpetuando uma imagem de hiperssexualização, objetificação ou invulnerabilidade por meios das mídias e às vezes até mesmo dentro da cena musical.

No artigo “As imagens de controle no contexto brasileiro: os limites e as potencialidades do

conceito de Patrícia Hill Collins”, Beatriz Molari e Lorena Ingrid ressaltam a importância de contextualizar o conceito proposto por Collins (2021), visto que a linha de pensamento da autora se baseou na vivência de mulheres afro-americanas e trazer para a perspectiva brasileira demanda uma percepção que compreenda as particularidades do contexto brasileiro, com isso as autoras fazem um comparativo entre o pensamento de Collins (2021) com Lélia Gonzales e Winnie Bueno, autoras brasileiras negras que abordam a temática.

Dessa forma, Bueno diz:

As imagens de controle são centrais para que os sistemas interconectados de dominação de raça, gênero, sexualidade e classe perpetuem um simbólico estrutural que controla o comportamento de mulheres negras e sustenta as falácias da superioridade racial a partir da opressão de gênero. Além disso, a classe desempenha um papel significativo, interpelando a raça, a fim de moldar imagens de mulheres negras. (BUENO, 2019, p. 70)

Com isso, é possível observar que as produções de mulheres negras dentro do Rap são atravessadas por esse simbólico estrutural que condiciona seus comportamentos, o que torna sua continuidade mais difícil, visto que, além de terem suas imagens moldadas, ainda estão em papéis sociais que as sobrecarregam, as impedindo de alcançar determinado sucesso e colocando-as em posições subalternas e não centrais dentro do sucesso na cena do Rap brasileiro. Esse simbolismo se intensifica ainda mais quando essas mulheres transgridem o padrão do que é considerado uma normalidade social, impulsionando a sempre precisarem construir sua legitimidade social e artística. Observa-se novos caminhos em agentes que buscam transformar a cultura a partir de suas diferenças. Quanto a isso temos o trabalho de Mendonça e Leite, 2021, as autoras evidenciam os discursos políticos de resistência nos campos das experiências de gênero, sexualidade e raça que é vivenciado pela rapper Luana Hansen, esses eixos e símbolos políticos estão presente em suas produções. Luana Hansen fala e canta partindo de um tempo, um lugar e um corpo, produz algo que foge da norma evidenciada por Matsunaga, acrescenta novas possibilidades de representação do ser mulher, se cair nas “imagens de controle” (Collins, 2021) sem esquecer das que vieram antes.

Podemos encontrar, nas letras dos raps aqui analisados, as experiências vividas de mulheres que, em suas diferenças, se lançam, sempre que possível, no espaço público, e então ocupam, com suas danças, pinturas, músicas, performance, sites, eventos, coletivos, blogs e redes sociais, os territórios que a elas foram negados. (Mendonça e Leite, 2021, pág. 10)

Luana Hansen expressa a importância deste espaço de interseção, onde conhecimentos locais e híbridos são gerados, configurando-se como uma forma política e ética viável. Por esse motivo, onde quer que esteja, a rapper diz sempre se lembrar de que, além de ser uma mulher, é uma mulher lésbica assumida e utiliza de sua música como uma genuína arma contra o machismo, o racismo, a misoginia e o genocídio da juventude negra.

3. Conclusão

Sendo assim, a observação do Rap enquanto interlocutor na produção de conhecimento e análise social, nos apresentou as diversas realidades possíveis nesta cultura, onde há letras que refletem a iterabilidade, as ideologias e idealizações, a possibilidade de tornar positivas identidades marginalizadas, mas que também promovem a construção de uma “guerra dos sexos” (Matsunaga, pág. 114, 2008). Contudo, as análises aqui feitas buscam não cair em erros de universalização ou estereotipação de nenhuma das experiências citadas e entende-se que as discussões sobre gênero e sexualidade no contexto do Rap, como em todos os outros espaços, é variada, plural e múltipla.

Apesar de haver um maior número de mulheres no Rap nacional, essa presença ainda não é igualitária. Morel e Santos, em seu artigo de 2022 “O Funk e o Rap em números” nos mostra que apenas 8% dos artistas mais escutados do Rap são mulheres. Pode-se observar através dos conceitos apontados neste trabalho que é possível compreender como as diferentes perspectivas são apresentadas atual na cena musical do Rap.

Outro espaço observado é o da construção de caminhos novos para as demais identidades possíveis, pois, apesar de tais fatores acentuarem os obstáculos enfrentados por mulheres dentro do Rap, esse espaço também é considerado um meio de subversão a imposição ao enquadramento, dialogando com McLuana Hansen, se tratando de Judith Butler, ou as imagens de controle, como argumenta Patrícia Hill Collins, reivindicando espaços para construir sua própria identidade e narrativa.

De acordo, então, com o conceito de Hall, a constituição da identidade cultural da mulher se depara fortemente com o enquadramento (Butler, 2017) e representação (Matsunaga, 2008) encontrado pelas mulheres em sua inserção na carreira musical dentro do movimento Hip-Hop. Tendo a sua iterabilidade (Butler, 2017) questionada pela representação midiática que em sua maioria a hiper sexualiza ou a coloca em estereótipos determinantes, em específico as mulheres negras, as condicionando a papéis de suporte e controlando suas narrativas por meio dessas performances que fomentam imagens de controle (Collins, 2021).

Os fatores supracitados representam alguns obstáculos significativos na construção de uma identidade feminina do Rap, desejando assim, apesar dos entraves, que as mulheres ultrapassem as barreiras das normas impostas e se coloquem em posições que as afirmem, assim como na masculina, em sucesso e não apenas subversão e resistência, pois, apesar da subversão e da resistência serem importantes ferramentas para desafiar as estruturas pré-estabelecidas, evidencia-se que o alcance do sucesso permite que as mulheres dentro do movimento conquistem protagonismo e redefinam o padrão estabelecido.

Referências

BUTLER, J.; AGUIAR, R. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. A vida Psíquica do Poder: Teorias da Sujeição. Tradução: Rogério Bettoni. 1 edição ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Revista Estudos Feministas, v. 21, n. 1, p. 241–282, jan. 2013.

GUIMARÃES, N. A. (2021). Entrevista com Patricia Hill Collins. Tempo Social, 33(1), 287-322. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.174340>.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. Comunicação & Cultura, n. 1, p. 21-35, 2006.

MATSUNAGA, P. S. As representações sociais da mulher no movimento hip hop. Psicologia & Sociedade [online]. 2008, v. 20, n. 1 [Acessado 27 Julho 2023], pp. 108-116. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000100012>.

MENDONÇA, V. M. L.; CHRISTINA, K. O ritmo e a poesia de uma rapper lésbica nas lutas sociais. Revista Estudos Feministas [online]. 2021, v. 29, n. 3 [Acessado 26 Julho 2023], e82482. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n382482>.

MOLARI, B.; PIO, L. As imagens de controle no contexto brasileiro: os limites e as potencialidades do conceito de Patrícia Hill Collins. Conexões Humanas - Reflexões XII SEPECH - UEL, Londrina: Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina, ed. 1, ano 2022, p. 158-166, https://www.researchgate.net/publication/364720924_As_imagens_de_controle_no_contexto_brasileiro_os_limites_e_as_potencialidades_do_conceito_de_Patricia_Hill_Collins.

MOREL, L.; SANTOS, V. G. O funk e o rap em números. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n. 32, 2022. <https://www.doi.org/10.53343/100521.32/4>.